



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA



**AUTO – AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES NACIONAIS PARA
A GESTÃO GLOBAL AMBIENTAL**

PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



ABREVIACÕES

ME	Ministério de Educação
MCA	Milenium Challenge Account
COP	Conferencia das partes
MEA	Acordos ambientais multilaterais
DGC	Direcção Geral de Comércio
NOAA	National Oceanographic and Atmospheric Administration
IWDG	Irish Whale and Dolphin Group
MCI/DGCI	Min. (Direcção geral) da cooperação internacional
DMAA	Delegação do Ministério de Agricultura e Ambiente
DGASP	Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território
DGT	Direcção Geral do Turismo
CVI	Cabo Verde investimentos
CCC	Convenção de Rio sobre o Combate as Mudanças Climáticas
CCD	Convenção de Rio sobre o Combate a Desertificação
CBD	Convenção de Rio sobre a Biodiversidade
CUS -BD	Conservação e utilização sustentável da biodiversidade
CNA	Concelho Nacional para o Ambiente
CM	Câmara Municipal
CITES	Convenção Internacional para o Comercio de Espécies da Flora e Fauna Selvagem
BD	Biodiversidade
RAMSAR	Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar)
LBA	Lei de Base do Ambiente
PNGRP	Plano Nacional de Gestão das Pescas
PF	Ponto focal
PDA	Plano de Desenvolvimento Agrário
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PAIS	Planos Ambientais Intersectoriais
PAM	Planos Ambientais Municipais
PGIPE	Projecto gestão integrada e participativa de ecossistemas
PRCM	Programa Regional Conservação da Zona Costeira e Meio Marinho da Africa Ocidental
PCMC	Projecto Conservação Marinha e Costeira
INFARMA	Laboratórios INFARMA, Industria Farmacêutica SARL
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
INDP	Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas
INIDA	Instituto Nacional de Investigação Agraria
OVM	Organismos Vivos Modificados
IUCN	União Mundial para a Natureza
FIBA	Fundação Internacional do Banco de Arguin
WI	Wetland International

SIA	Sistema de Informação Ambiental
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
UNOTUR	União Nacional de Operadores Turísticos
RN	Recursos Naturais
SGA	Sistema de Gestão Ambiental Empresarial
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EIC	Educação Informação e Comunicação Ambiental
ETMA	Equipas Técnicas Municipais Ambientais

SUMÁRIO

CONTEXTO JUSTIFICAÇÃO

APRESENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA

- Objectivos e princípios da CBD
- Obrigações e compromissos de Cabo Verde como signatários da CBD
- Instrumentos e mecanismos de coordenação da implementação da CBD

IMPLEMENTAÇÃO DA CBD EM CABO VERDE

- Quadro Político legislativo
- Instituições relevantes a implementação da CBD
- Projectos, programas e oportunidades actuais no contexto da CBD

ANALISE/BALANÇO DA SITUAÇÃO ACTUAL DAS CAPACIDADES NACIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CBD



- Avaliação temática
 - Quadros lógicos
 - Quadros lógicos de implementação da convenção
 - Análise das capacidades nacionais para a implementação da CBD
 - Análise

TRANSVERSALIDADE

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

ANEXOS

- Bibliografia
- Termos de referencia
- Em formato digital documentos da CBD, COPs e outros importantes

CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

A conservação e o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável – Contexto histórico

Uma viagem retrospectiva ao conceito de desenvolvimento sustentável conduz-nos, até dois eventos marcantes da história: Maurice Strong, quem enquanto Secretario Geral da Conferencia de Stockholm, em 1972, introduziu o termo de eco-desenvolvimento. O termo desenvolvimento sustentável surge por primeira vez no “Relatório Brundtland” (1987), nele destacou-se tanto a necessidade de assegurar, mas também, as ligações existentes entre, um **crescimento económico sustentável**, a **gestão** apropriada dos **recursos naturais** (RN) e a **equidade ao interior e, entre gerações**. Desde aquela época o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente disseminado e utilizado.

Entre os antecedentes e base histórica da teoria da Conservação e Desenvolvimento Sustentável temos, que em 1948, foi fundada a União Internacional para a Conservação da Naturaza, the World Conservation Union – IUCN. Em 1972, teve efeito a Conferencia Global Sobre Meio Ambiente Humano, com o lema: “ Uma Só Terra”, nesse contexto é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA (UNEP). 1980-1990 pode ser definido como o período do desenvolvimento das ideais da conservação ao estatuto de Ciência. A década foi marcada com uma série de eventos e documentos resultantes, tais como:

- ⇒ 1980: é apresentado ao mundo o documento histórico, sempre em actualidade, a Estratégia Mundial de Conservação (IUCN, UNEP, WWF, 1980)
- ⇒ 1982: Teve efeito a Convenção sobre o Direito do Mar.
- ⇒ 1984: no seio da Assembleia General das Nações Unidas é constituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento
- ⇒ 1987: É apresentado o Informe Brundtland “ O Nosso Futuro Comum”, de donde chamamos a atenção para aspectos importantes tais como:
 - Define o conceito de Desenvolvimento Sustentável (com as suas dimensões económicas, social e ambiental.
 - Assente a necessidade de uma nova ética de desenvolvimento em torno da equidade.
 - Alerta sobre a necessidade de mudanças nos padrões da produção e o consumo vigentes no momento.
 - Destaca a dívida histórica dos países desenvolvidos.

De remarcar o salto de qualidade atingido na abordagem e aplicação do conceito desenvolvimento sustentável que tivera efeito durante a Conferencia de Rio, em 1992, de onde podemos destacar:

- ⇒ A Conferencia de Rio, resgata o conteúdo do informe Brundtland e, desenvolve aspectos importantes quando
 - Assinala a relação existente entre pobreza e meio ambiente, para logo estabelecer a ligação estratégica desses conceitos com o de desenvolvimento sustentável.
 - Marcando assim, em 1992, a transição a um novo sistema ambiental internacional

- Propõe acordos concretos sobre novos princípios e conceitos éticos globais, e bases mais equitativas de cooperação.

No campo prático, ao nível da cooperação, as preocupações da conservação mostram-se coerentemente ligadas ao desenvolvimento, educação e reforço das capacidades, através de iniciativa internacionais tais como as da UNESCO (1970). Onde ao estabelecimento do “Programa Homem e Biosfera” (MAB), lhe segue o estabelecimento da “REDE Mundial de Reservas de Biosfera” (RB), quatro dessas reservas estão localizadas em Africa Ocidental: a RB do Banco de Argin, na Mauritânia; a RB do Delta de Saloum, no Senegal; e a RB do Arquipélago dos Bijagós, na Guiné Bissau, hoje em dia membros integrantes da Estratégia Regional de Áreas Protegidas da Africa Ocidental, iniciativa do Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e o Meio Marinho – PRCM (2003). E da qual Cabo Verde é signatário.

O principio da negociação e mediação, a abordagem participativa como ferramentas de apoio a implementação das estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável

O **Relatório Brundtland**, vai mais longe e prevê que o desenvolvimento sustentável não é alcançado por decreto deve pois ser negociado. Apostar ao desenvolvimento sustentável é portanto uma escolha colectiva, requer da mediação adequada, fóruns apropriados, para um “exercício de democracia participativa” de gestão sustentável dos RN. A implementação de medidas de desenvolvimento sustentável requer porém de **procedimentos novos, inovadores de governância**, “que vão para além do simples direito de dar aos intervenientes o direito à palavra”.

Em Cabo Verde, a **abordagem baseada na utilização de AP (PGPAP-GEF) como ferramenta de gestão dos RN, pode ser uma ferramenta participativa consentânea com esses princípios**. Nessa direcção a vontade política dos governantes joga um papel crucial, no sentido de promover as AP como ferramenta (laboratório) de gestão, onde se possa combinar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, donde o problema central seja: como implementar uma estratégia de conservação que seja ao mesmo tempo sustentável? Isto é, que prevê a integridade do ambiente, o uso racional dos RN e garante ao mesmo tempo uma vida condigna para as gerações futuras

O principio de equidade entre gerações e ao interior de uma geração: um novo conceito de CONSERVAÇÃO

A necessidade de desenvolvimento humano e o direito de propriedade soberana dos países em desenvolvimento sobre a biodiversidade é manifesta na Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD-art. 3). Assim se sublinha que a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações não faz sentido se é realizada a expensas das actuais gerações, isto em resposta á concepção original de conservação e estabelecimento de AP, com custos de despojo das populações locais, justificado pela necessidade de preservar áreas com abundância de vida selvagem. Nos países em desenvolvimento quase que imposto pelos países industrializados baixo o pretexto da conservação do Património Mundial da Humanidade.

Como forma de responder a essa visão errada, instala-se a necessidade de alargar, expandir ainda mais amplamente os conceitos da Ciência da Conservação, assim entende-se por **Desenvolvimento Sustentável** o Processo de crescimento continuo e equitativo da qualidade de vida das pessoas

mediante o que se procura o **crescimento económico** e a **melhoria social** através da sua combinação harmoniosa com a **protecção do meio ambiente**, por forma a satisfazer as necessidades das actuais gerações, sem por em risco as das gerações futuras.

Desse modo as componentes económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento vêm-se reforçadas, destacando-se, para sustentabilidade ambiental a **capacidade de carga dos ecossistemas**; isto é, a capacidade da natureza para absorver e recompor-se das agressões antrópicas. A relação existente entre **sustentabilidade ambiental e institucional** numa visão de gestão sustentável do ambiente. A sustentabilidade ambiental, suas premissas ecológicas, socio-económicas e institucionais. E os níveis de intervenção para a sustentabilidade ambiental, com soluções de níveis individual, institucional e sistémico

Os desafios da Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade

Os Conflictos entre economía y ecología: O PARADIGMA:

- ⇒ Estabilidade, para que os sistemas ecológicos sejam sustentáveis.
- ⇒ O crescimento, principio económico,
 - Como lógica dos sistemas económicos, mais concretamente, o principio de rentabilidade comercial, crescimento nacional y expansão do mercado.

O desenvolvimento sustentável exige eficiência ecológica e económica mas também progresso social, dito de outra maneira, exige de uma gestão ambiental eficiente, luta contra a pobreza, políticas económicas sustentáveis e justiça social

A vida na terra é garantida por processos ecológicos fundamentais que a Natureza dificilmente consegue duplicar, água, oxigénio, simbiose, condições climáticas apropriadas a uma diversidade de vida na terra são processos e elementos quase que únicos neste universo. Ninguém nega a relação directa entre abundância de recursos naturais e potencial económico baseado no património nacional. O desenvolvimento económico de uma nação depende não só do seu capital científico-tecnológico e humano mais é suportado, se potencia na base da riqueza em recursos naturais, seu património natural.

No entanto o desenvolvimento é definido como a transformação da biosfera e o uso dos recursos humanos, financeiros, recursos naturais vivos e não vivos para satisfazer as necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida; a sustentabilidade desse desenvolvimento (desenvolvimento sustentável) depende de factores ecológicos, sociais e económicos, e ao longo termo também de vantagens e desvantagens que é necessário prever (problemática institucional). Tanto a conservação como o desenvolvimento estão ao serviço do HOMEM, se este usa os recursos naturais da biosfera para satisfazer suas necessidades (desenvolvimento), a conservação quer garantir que a satisfação dessas necessidades seja efectuada de forma sustentável (“desenvolvimento sustentável”).

A Conclusão Geral: A conservação e o desenvolvimento sustentável são interdependentes.

Entenda-se por conservação **a gestão do uso pelo homem da biosfera para que as gerações actuais tirem a máxima vantagem dos recursos vivos assegurando sua existência para poder satisfazer as necessidades das gerações futuras**. Nessa perspectiva a Conservação inclui a preservação,

manutenção, a utilização sustentável, a restituição, renovação e melhoramento do meio natural. Nesse sentido, a conservação, como recomendado na Estratégia Mundial da Conservação (IUCN, 1980) envolve **especificamente** a conservação de plantas, animais, micro-fauna mas também dos elementos não vivos do meio natural em que se apoiam para sua sobrevivência. Contrariamente aos não vivos, se preservados, os recursos naturais vivos, são renováveis, no caso contrário sua natureza limitada conduz a sua destruição.

Porém, a conservação em si não constitui uma solução, deve ser um processo, tarefa de todos os sectores, ao nível das estruturas que gerem os recursos naturais (pesca, agricultura, florestas) a conservação deve velar pelo uso sustentável dos recursos mas também garantir a preservação dos processos ecológicos e património genético essenciais para a sustentabilidade dos primeiros. Para os sectores da saúde, energia, indústria, a conservação (a política nacional ambiental) é o contexto da gestão que permite, de forma durável tirar o melhor proveito dos recursos naturais básicos e escolher o lugar e natureza de actividades que lhes assegurem sustentabilidade. Aqui o papel estratégico do Ordenamento do território.

A conservação por si não é mais que uma das condições indispensáveis à prosperidade e sobrevivência humana, ela está estreitamente ligada ao novo ordem económico internacional (a globalização), **com os direitos humanos, a erradicação da pobreza e uma política alimentar eficientes, como também com os índices de crescimento humano**. Assim, essas políticas devem-se ver reforçadas ao nível nacional para contribuir juntamente para o desenvolvimento sustentável num contexto nacional com conotações e impacte internacional. A integração da conservação ao desenvolvimento é estrategicamente importante, caso contrario será impossível satisfazer as necessidades actuais sem o risco de não poder satisfazer as mesmas necessidades no futuro.

Portanto, conservação e desenvolvimento são conceitos e processos interdependentes. Os países em desenvolvimento possuem economias baseadas na utilização dos recursos naturais dos que directamente dependem para sua subsistência, sobrevivências e desenvolvimento económico. Não é por acaso a existência frequente de conflitos de utilização de recursos entre agricultura, pesca, turismo, extracção de inertes etc. Em Cabo Verde, para ninguém é novo que todos estes problemas vem-se estruturando interligados como resultado do efeito combinado do crescimento populacional, secas prolongadas, migrações internas, as necessidades apelantes de desenvolvimento económico e as dificuldades nacionais de reforço do sistema de normas de fiscalização e controlo existente. Resultando de entre outros, na diminuição dos RN, redução da terra apta para agricultura, diminuição de alguns stocks pesqueiros, os que vem sendo sobre-explorados, na utilização de praticas não responsáveis de

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_11149

